

Abamec paulista defende a livre negociação

por Teresa Cristina de Paula
de São Paulo

O presidente da seção paulista da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec), Humberto Casagrande Neto, mostrou-se ontem muito satisfeito com os resultados do primeiro leilão de conversão da dívida. Mas defendeu a livre negociação — com percentual fixo apenas para os fundos — nos próximos leilões a serem realizados, por não existir uma política industrial no País.

Casagrande demonstrou-se cético quanto à intenção de privatização das empresas, referindo-se ao fato de o governo ter enviado na quarta-feira um projeto de lei ao Congresso para privatização. "Não nego um voto de confiança ao governo, mas não acredito numa firme disposição de privatizar empresas. Se houvesse uma intenção consciente, o governo desenvolveria uma política industrial mais clara. E só com esta política industrial teria condições de exigir investimento em determinada região do País, como fez agora com as áreas incentivadas", ressaltou.

O presidente da Abamec São Paulo afirmou que o leilão para a conversão da dívida superou as expectativas iniciais. "Ficou demonstrado que existe uma demanda muito forte para a conversão. Os gurus do mercado — que previam deságios menores, de 10 a 15% — foram surpreendidos pela média de 27% alcançada ontem. Isso abre as portas para que o processo desenlace, o que é muito saudável para a economia", ressaltou Casagrande.

Mas continua defendendo

uma reserva de mercado para os fundos — a proposta da Abamec é de que 25% da conversão em leilão seja destinada aos fundos. Casagrande expôs que a participação das companhias abertas na economia é muito significativa e por isso a garantia de determinar um percentual da conversão exclusivamente aos fundos poderia ser repensada.

Para ele, seria também necessário fazer uma reavaliação do percentual fixo de 50% destinado às áreas incentivadas — Norte, Nordeste, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha — por "existir uma competição desigual entre os fundos e os projetos incentivados, na medida em que há uma série de mecanismos negociáveis na área de projetos", salientou. "Inexiste uma política industrial no Brasil, portanto a imposição de destinar 50% para qualquer que seja a região se torna um casuísmo."

Casagrande criticou o fato de se estabelecerem apregoações de deságio de 0,5% em 0,5%. "Isto torna o leilão muito lento. Mas acredito que a sistemática poderá ser alterada nos próximos leilões". Para ele, eventuais reestruturações nas regras do próximo leilão, a ser realizado em São Paulo, não deverão trazer traumas ao processo de conversão. "Um dos sucessos desse primeiro leilão foi o entendimento perfeito que o Banco Central, Comissão de Valores e Bolsas estão tendo", acrescentou.

Para Casagrande, 1988 será um ano muito bom para o mercado acionário, que sofreu perdas muito expressivas no ano passado. "Sem dúvida, os projetos de emissões primárias e 'underwritings' serão desengavetados."